

O cenário político e sua repercussão na economia

ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA

Não podemos deixar de eleger fato político como de fundamental importância para análise de qualquer fato econômico financeiro nos dias atuais. Infelizmente ou felizmente (dependendo da ótica de cada um), as acusações do irmão do presidente acabaram por tomar uma dimensão política inquestionável. Alguns analistas políticos, inclusive, fornecem ao caso e seus atuais desdobramentos uma repercussão na vida política do País comparável à renúncia do presidente Quadros em 1961 e ao falecimento de Tancredo Neves em 1984.

Efetivamente, dependendo dos desdobramentos dos trabalhos da CPI ora em curso, podemos ter um fato político com repercussões imprevisíveis e desdobramentos incalculáveis. Não acredito em hipóteses extremas como a do impeachment do presidente Collor, porém, é legítimo reconhecer que pelo espaço que tem ocupado na imprensa nos últimos dias um mínimo de chance deve haver!

Vamos fazer uma rápida retrospectiva para melhor nos posicionar em relação à atual crise e, a partir daí, tentar entender o quadro atual e seus possíveis desdobramentos.

O presidente Collor é eleito pelo voto direto por 35 milhões de eleitores em oposição ao candidato trabalhista, com idéias retrógradas e socializantes. A alternativa para as elites e empresários de pensamento liberal parecia óbvia, ainda mais que o programa de Collor era música para os ouvidos do setor privado, com seu ideário modernizante, liberal, implicando a reforma do papel do Estado.

Infelizmente, por superestimar seu papel como agente de mudança e menosprezar os obstáculos a enfrentar, o presidente Collor desprezou empresários, políticos e trabalhadores, julgando que introduziria esse processo de mudanças sem necessidade de acordos específicos e sem formar uma equipe experiente e capacitada a empreender o ambicioso projeto de reforma a que se propunha.

Os resultados dessa fase inicial do governo são de conhecimento geral e, depois de 18 meses, implicaram retorno da inflação a níveis preocupantes (depois das medidas heterodoxas tomadas no início do governo e que só produziram um impacto inicial) e denúncias crescentes de malversação de recursos públicos e de favoritismo na alocação de recursos.

Dante do quadro que se armou, o presidente Collor reagiu em dois tempos:

I. Substituindo a equipe econômica em maio 91, indicando para substituir a ministra Zélia Cardoso de Mello o embajador Marcílio Marques Moreira, de formação mais liberal e que restabeleceu a ortodoxia dentro da economia, com um receituário gradualista para combater a inflação, garantindo que não teríamos novas políticas de tratamento de choque



e, posteriormente, substituindo também os ministros da Educação, Saúde, Trabalho e Previdência Social.

II. Fazendo mais tarde uma renovação total do Ministério, mantendo os ministros que havia anteriormente trocado e mudando os restantes, trazendo para o governo, em busca de maior credibilidade política (para ter maior apoio no Congresso!), expoentes homens públicos de diferentes filiações políticas, tais como Jorge Bornhausen, Hélio Jaguaribe, Eliezer Batista, Marcus Viniçius Pratini de Moraes, Celso Lafer e Ângelo Calmon de Sá. Foi também indicado para comandar o projeto de reforma fiscal o advogado Ary Oswaldo Mattos Filho, que havia realizado um bom trabalho à frente da CVM.

Apesar de não ter conseguido atrair para o governo políticos do PMDB e do PSDB, acreditava-se que uma nova fase de governo estava sendo iniciada e que produziria resultados mais concretos na política econômica e gerência dos diferentes ministérios, conduzindo a somar maiores apoios à reforma fiscal-tributária, vista como elemento essencial para que os agentes econômicos internos e externos adquirissem maior confiança no processo de ajuste macroeconômico.

Nesse meio tempo, o Brasil realizou no Rio de Janeiro, com grande competência política e talento empresarial, a ECO-92, que em outras circunstâncias poderia ter sido um ponto de inflexão sobre nossa imagem externa. Foi assim, diante desse quadro, que apontava para melhores dias, que surgiu a crise política que estamos no momento vivenciando e que até agora não tem um quadro muito claro para seu epílogo.

Os analistas políticos e os agentes econômicos trabalham hoje diante de alguns cenários alternativos:

1. O primeiro cenário conduziria à condenação do empresário Paulo César Farias, que, diante de suas ligações com o presidente, daria elementos suficientes ao Congresso para cunhar um processo de impeachment, que levaria à sua substituição pelo vice-presidente, Itamar Franco. Um desdobramento desse primeiro cenário seria o de que teria havido fraude eleitoral e que, assim sendo, o vice-presidente estaria comprometido, o que implicaria a substituição tanto do presidente como do seu vice.

2. O segundo cenário é de que, efetivamente, não se conseguiram quaisquer evidências cabais ou provas que incriminam o presidente Collor e que a crise terminará com a responsabilização exclusiva do sr. Paulo César Farias.

Desse cenário, três desdobramentos são possíveis:

a) O presidente Collor ficará refém das alianças políticas que, eventualmente, teria conduzido para que seu nome não fosse envolvido. Nessa hipótese, seu espaço político ficaria diminuído e sua liderança no processo político enfraquecida, pois dependeria daqueles que o apoiaram. Esse cenário, evidentemente, implicará uma grande pressão para aliviar a recessão. Poderíamos ter um parlamentarismo informal.

b) O presidente Collor vence a crise, mas sairá bastante debilitado do processo e não terá condições políticas de continuar o processo de mudança, reformas institucionais e constitucionais. Seria um cenário de contagem regressiva, de um presidente sem força e que se aguentaria no poder, esperando seu sucessor.

c) A terceira hipótese seria um presidente que, pela demonstração de garra, conseguia sobrepujar mais essa crise e que, uma vez superados os momentos mais críticos do atual processo, readquiriria o mínimo de condições para continuar o processo de reformas e conseguia pelo menos terminar os trabalhos já iniciados.

Qualquer desses cenários tem, evidentemente, repercussões de curto e médio prazos na economia e a percepção dos diferentes mercados dos desdobramentos da atual crise levará a um determinado tipo de comportamento para os próximos meses.

É certo que as previsões para o segundo semestre deste ano, que em geral apontavam para um melhor comportamento da economia, estão sendo revisadas.

Essa revisão, em geral, fundamenta-se no fato de que as expectativas sobre redução da inflação previstas na política econômica do governo poderão não se confirmar. O fator incerteza gera expectativas negativas dos agentes econômicos que tentam se proteger contra algo que não conseguem enxergar com clareza.

Por outro lado, a persistência da crise poderia levar as autoridades monetárias a endurecer ainda mais a política de taxas de juros e que inibiria qualquer retomada de crescimento, pois quer empresários, quer trabalhadores, passariam a adotar políticas mais conservadoras e defensivas, sendo que estes últimos, temendo maior desemprego, continuariam adiando consumo e preferindo proteger-se por meio de contas de poupança para dias incertos.

Dessa forma, a componente psicológica ligada a expectativas vem desempenhando um papel fundamental no comportamento das taxas de inflação e da economia.

Apesar de estarmos defasados no nosso processo de reforma estrutural em relação a outros países da América Latina, não há como justificar que a inflação brasileira se mantenha renitentemente na casa dos 20/23%.

Os nossos indicadores macroeconômicos, apesar de não serem brilhantes, estariam longe de justificar um comportamento de preços como o que vimos assistindo nos últimos meses. Mesmo em nível de política fiscal, continuamos com um superávit primário. Na área externa, temos tido um desempenho muito favorável, como indicam os números de maio. Os preços hoje estão totalmente liberados, os cruzados quase totalmente liberados e contamos com uma reserva cambial expressiva.

Continuamos muito críticos e às vezes até derrotistas, achando-nos incapazes de superar as dificuldades. Damos crédito muito pequeno pelo que já foi feito e nos martirizamos pe-

lo que resta a fazer, que parece muito distante no espaço e no tempo.

Talvez não estejamos nós dando conta do grande processo de transformações que está vivendo o País, quer pela abertura de sua economia, quer pelo maior equilíbrio entre os três poderes, quer pela redescoberta da vida democrática, com todas as suas implicações e complicações.

Tirar do quadro atual uma visão pessimista parece-nos precipitado, pois no fundo o que estamos buscando é, de um lado, recuperar o atraso e, de outro, tornar a vida de todos nós melhor, onde valores éticos sejam reconquistados pela sociedade como pontos essenciais para o nosso crescimento como nação moderna.

Quanto à repercussão junto dos investidores, permito-me registrar alguns comentários bastante breves:

1. É evidente que a abertura provocou um grande processo de mudança, obrigando as empresas a se ajustarem às novas realidades. Esse processo que está em curso terá alguns vencedores e, provavelmente, muitos perdedores, isso porque alguns terão condições de se ajustar a novas regras de competição, outros não. O certo é que quando olharmos para trás, daqui a cinco ou dez anos, vamos ver um quadro de empresas líderes, diferente do que temos hoje.

2. Outro efeito da abertura diz respeito à oportunidade de importação de produtos intermediários ou produtos de consumo final que estavam barreados na fase anterior. Não preciso me estender sobre esse assunto, pois depende da visão de mercado de cada um de nós identificar nichos e segmentos de mercado onde esses produtos ou mesmo serviços sejam aplicáveis concorrendo em custo com produtos locais.

3. Para os investidores estrangeiros, os primeiros sinais que se evidenciaram foram aqueles dirigidos para a Bolsa, onde em quatro meses deste ano tivemos praticamente quase que o dobro dos recursos de 1990. Tenho para mim que, daqui em diante, a confirmação dessa tendência de fluxo dos investidores vai depender do epílogo e desdobramentos do atual quadro político e suas repercussões na economia. Não olhando cenários extremos, creio que seria legítima uma retomada desses investimentos e, provavelmente, num nível mais baixo do que experimentamos nos quatro primeiros meses. As tendências de inflação e resultados das empresas serão fundamentais para esse direcionamento.

4. Quanto aos investimentos diretos, ou seja, investimentos permanentes, seja de multinacionais já existentes ou de novos investidores, sou mais cético no curto prazo. Enquanto não for possível ter mais previsibilidade sobre o comportamento das variáveis de política econômica, creio que esses investidores de longo prazo vão preferir ficar assistindo antes de comprometer-se. Aliás, o processo de retomada deveria começar pelos brasileiros.

■ Roberto Teixeira da Costa é presidente da Brasilpar Serviços Financeiros (BSF).